



Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior

V CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS

16 a 18 DE NOVEMBRO DE 2016



MATÃO, 2016

Diretoria

Prof. Dr. Paulo Rodrigo Alves Bernardo

Coordenação do Curso de Administração

Profa. Dra. Luciana Helena Crnkovic

Coordenação do Curso de Direito

Prof. Dr. José Wamberto Zanquim Júnior

Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Futra Matuiski

Prof. Me. Edivaldo Ravenna Picazo

Prof. Me. Marco Aurélio Gomes Barboza

Prof. Esp. Rodrigo Antonio Coxe Garcia

ORGANIZAÇÃO

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo (Supervisora do Programa de Iniciação Científica do Immes – PROIC e membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Dr. Paulo Rodrigo Alves Bernardo (Diretor)

Profa. Dra. Luciana Helena Crnkovic (Coordenadora do Curso de Administração)

Prof. Dr. José Wamberto Zanquim Júnior (Coordenador do Curso de Direito)

Prof. Esp. Carlos Eduardo Futra Matuiski (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Me. Edivaldo Ravenna Picazo (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Me. Marco Aurélio Gomes Barboza (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Esp. Rodrigo Antonio Coxe Garcia (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

EQUIPE TÉCNICA

Vânia Maria de Gaetano

Edna Maria de Mattos Gardini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PROGRAMAÇÃO	7
RESUMOS	13

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho refere-se aos Anais do VI Congresso de Iniciação do Instituto Matonense de Ensino Superior (IMMES), realizado na cidade de Matão, São Paulo, nos dias 13 e 14 de novembro de 2017, cujo objetivo principal foi a apresentação de discentes e de docentes da Instituição. Ademais, cabe ressaltar que a função do Congresso de Iniciação Científica (CIC) é a inserção dos alunos na pesquisa científica, estimulando a divulgação das pesquisas que são elaboradas ao longo do ano, para toda a comunidade do Immes. Deste modo, docentes e discentes dos cursos de Administração e Direito fizeram apresentações orais de suas pesquisas em andamento ou concluídas. Além disso, o CIC contemplou a apresentação de trabalhos dos alunos do curso de Administração, principalmente voltados para a inovação científica e tecnológica, bem como ofereceu espaço através de uma sessão especial de Monitoria, no qual os alunos monitores puderam relatar suas experiências, integrando, assim, toda a Instituição.

Cabe ressaltar que o CIC foi dividido em:

- Apresentações orais – de professores e de alunos que fazem iniciação científica;
- Apresentação de painéis – de alunos com produtos voltados para a inovação e C&T;
- Apresentação dos alunos monitores, com o relato de suas contribuições;
- Apresentação em forma de painéis dos alunos dos últimos anos dos cursos de Direito e de Administração.

Todos os trabalhos foram recebidos e devidamente organizados para apresentação pela Supervisora do Pro-IC do Immes, com a devolutiva de ajustes, quando necessários. Neste sentido, o evento foi de fundamental importância para a consolidação da área de pesquisa, ciência e inovação, contribuindo decisivamente para a formação heurística dos profissionais dos cursos oferecidos pelo Immes.

Profa. Dra. Lucilélia Aparecida Colombo
Supervisora do Programa de Iniciação Científica do Immes

PROGRAMAÇÃO

**INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR -
IMMES**

**PROGRAMA OFICIAL DO V CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA**

Quarta-feira - dia 16/11/2016

19:30h - Abertura oficial: Hino Nacional Brasileiro e abertura do congresso pela Comissão Organizadora

20:00h - Início das apresentações dos Projetos de Iniciação Científica.

Salas:

- Sala 1: Gabriel França Cabrera (IC) – Título do trabalho: “A importância do inglês para os Administradores de empresas”

- Sala 2: Ana Luiza de Cinque Furini (IC) – Título do trabalho: “Regulamentação da prostituição no Brasil: aspectos constitucionais e penais”

- Sala 3: Ana Cristina Gandini Salto (IC) – Título do trabalho: “Direito ao trabalho e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência”

- Sala 4: Alessandra Tatiani da Silva Valverde (IC) – Título do trabalho: “Publicidade enganosa à luz do código de defesa do consumidor”

- Sala 5: Beatriz Caroliny Fortunato (TCC) – “RH nas pequenas empresas”.

20:40h - Término das apresentações.

Intervalo: das 20:40h até 21:00h

21:00h: Início das apresentações dos painéis de trabalhos científicos, trabalhos de conclusão de curso e outros projetos de pesquisa, criação e inovação tecnológica – Exposição dos painéis do pátio anexo.

Painéis:

- Guilherme Massocato Bergame – Título do trabalho: “O impeachment brasileiro: aspectos jurídicos e políticos”.
- Tamires Caroline Abrantes - Título do trabalho: “Motivação na organização: um estudo de caso no setor de fundição da empresa Baldan Implementos Agrícolas S/A”
- Valquíria Trevisan Gadini - Título do trabalho: “O marketing na cultura skateboard: um estudo de caso da marca Atitude Esportes Radicais de Matão”
- Samantha di Paula Rosa - Título do trabalho: “Gestão de conflitos nas organizações”.
- Maraysa Chiari - Título do trabalho: “A importância da gestão de pessoas na elaboração da remuneração”.
- Bruno Vinicius Pereira - Título do trabalho: “Inquérito Policial”.
- Rafael Schmidt Capparelli - Título do trabalho: “Benefício Previdenciário – Auxílio-Reclusão”.
- Célio Rossi - Título do trabalho: “Alimentos gravídicos”.
- Paulo Del Vecchio - Título do trabalho:

22:00h: Entrega dos Certificados para apresentadores (oral e painel) e assinatura das listas de presença dos ouvintes.

22:30h: Término dos trabalhos do dia.

INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - IMMES

PROGRAMA OFICIAL DO V CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Quinta-feira - dia 17/11/2016

19:00h - Início das apresentações dos Projetos de Pesquisa dos professores.

Salas:

- Sala 1: Profa. Luciana Helena Crnkovic – “A importância da gestão de pessoas na elaboração da remuneração”.

- Sala 2: Profa. Mariana Moretto Germenti – “Chico Bento e seu primo Zeca: uma visão sociolinguística da língua falada pelos personagens de Maurício de Souza”.

- Sala 3: Prof. Carlos Eduardo Futra Matuiski – “A inaplicabilidade da Súmula Vinculante nº 11 do STF”

- Sala 4: Prof. Marco Aurélio Gomes Barboza – “Políticas Públicas – PNAE – Desafios na aquisição de gêneros da Agricultura Familiar Local na cidade de Matão – SP”.

19:45h - Apresentações dos trabalhos científicos, trabalhos de conclusão de curso e outros projetos de pesquisa, criação e inovação tecnológica.

Salas:

- Sala 1: Camila Lozano – “Empresa familiar – os desafios e as vantagens da gestão familiar”.

- Sala 2: Viviane Cristina Nardacion – “Planejamento Tributário”.

- Sala 3: Camila Mendes da Silva -

- Sala 4: Michele Drociunas Pacheco

- Sala 5: Valdir Righi – “A questão de cotas e o compromisso com a presente e com as futuras gerações”.

20:40h - Término das apresentações.

Intervalo: das 20:40h até 21:00h

21:00h: Início das apresentações dos painéis de trabalhos científicos, trabalhos de conclusão de curso e outros projetos de pesquisa, criação e inovação tecnológica – Exposição dos painéis do pátio anexo.

Painéis:

- Fabrício Alvaro Faravelli – “Insalubridade e periculosidade no Direito do Trabalho”
- Tiago Leite Risoli – “O registro imobiliário como propiciador de segurança jurídica”.
- Stéfanie Lucy Orozimbo – “Os crimes hediondos com enfoque no regime de progressão penal”.
- Jussara Carolina Gomes – “Protesto de Título de Crédito”.
- Rocheli Maria Rodrigues Esteves – “A alienação fiduciária no Brasil – aspectos gerais”.

Painéis: Alunos do projeto da Profa. Luciana Helena Crnkovic na disciplina Elaboração e Análise de Projetos

22:00h: Entrega dos Certificados para apresentadores (oral e painel) e assinatura das listas de presença dos ouvintes.

22:30h: Término dos trabalhos do dia.

INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - IMMES

PROGRAMA OFICIAL DO V CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Sexta-feira - dia 18/11/2016

19:00h - Início das apresentações dos Projetos de Pesquisa dos professores.

Salas:

- Sala 1: Prof. Pedro Luciano Colenci – “Direito da cidade”.
- Sala 2: Prof. José Wamberto Zanquim Junior – “A conciliação ambiental e o atendimento ambiental no Estado de São Paulo”.
- Sala 3: Profa. Carolina Gallotti – “Pertinência temática nas ações coletivas”.
- Sala 4: Prof. Edvaldo Ravenna Picazo – “O regime jurídico das agências executivas”.

19:45h - Apresentações dos trabalhos da Profa Bianca da disciplina de Direito.

Salas:

- Sala 1: Caroline Aparecida Vicenzotti
Gabriela Brame dos Santos
Jaqueline Ribeiro
Valéria Hipólito Santana

Título do trabalho: “Direito do Trabalho”.

- Sala 2: Émelin Élen da Silva
Vinícius de Brito Figueira

Título do Trabalho: “O novo conceito de empresário e as responsabilidades dos sócios”.

- Sala 3: Giovanni Bretti

Guilherme Stradiotto Sperandio

Mateus Gabriel da Silva

Matheus Baldassa

Felipe Raia Milazzotto

Título do Trabalho: “Microempreendedor Individual (MEI)

- Sala 4: Bianca Elisa da Silva

Bianca Caroline Michelin

Eliana Carla Vogel

Isabela Marchini Bezzi

Joice Oliveira Lopes

Vagner Luiz dos Santos

Título do trabalho: “Direito do Trabalho”.

- Sala 5: Gabriela Guandalini Savegnago

Thaís Gallo Saldanha

Título do Trabalho: “Artigo 50: Princípio da despersonalização da pessoa jurídica”.

20:40h - Término das apresentações.

Intervalo: das 20:40h até 21:00h

21:00h: Entrega dos Certificados para apresentadores (oral e painel) e assinatura das listas de presença dos ouvintes.

21:30h: Encerramento do V Congresso de Iniciação Científica.

RESUMOS



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

RH NAS PEQUENAS EMPRESAS

FORTUNATO, Beatriz Caroliny

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

Biafortunato.bf@gmail.com

RESUMO

No cenário econômico brasileiro, é inegável a importância das MPE's para o desenvolvimento nacional ao âmbito da geração de emprego e renda. O papel das micro e pequenas empresas são importantes para a redução da desigualdade social, sendo a principal mola para a geração de emprego no país, isso demonstra a capacidade de expansão, associadas a um espírito empreendedor da sociedade mesmo diante da alta carga tributária e da enorme burocracia que impede a criação de novos negócios no país. Não basta somente ter a vontade de abrir um negócio, é necessária a habilidade e a criatividade de viver em ambientes altamente complexos e desafiadores, com altas taxas de juros, concorrência feroz, burocracia e falta de maior apoio governamental para MPE's. A gestão estratégica de pessoas é cada vez mais primordial para o sucesso no alcance dos resultados no ambiente de trabalho, ligando a equipe para as metas. Nas concepções modernas, o setor de Recursos Humanos deixa de ter um simples papel para se tornar o principal elemento da empresa, onde o líder preocupa-se com o bem estar e a satisfação de seus comandados, como metas para a obtenção de bons resultados financeiros na organização mesmo que em longo prazo. O setor de RH é considerado importante para a organização, pois auxilia no desenvolvimento da empresa. Entretanto, as pesquisas possuem uma visão do setor mais operacional do que estratégica, o que compromete as contribuições que o departamento de RH tem a oferecer. A partir desta visão de relevância da área RH, existe a intenção de implantar o RH, porém essa é adiada tendo em vista o investimento financeiro, que, conforme as pesquisas, são necessárias para programar o setor.

Palavras-Chave: Recursos Humanos. Pequenas empresas. Competitividade.

A IMPORTÂNCIA DO INGLÊS PARA OS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS

CABRERA, Gabriel França
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Gabriel30.cabrera@gmail.com

RESUMO

O projeto tem como objetivo estudar a influência da língua inglesa na sociedade em geral, na globalização, no relacionamento de países e especificamente para os administradores de empresa. Ou seja, pretendemos mostrar como o inglês influencia em nossas vidas, pois está presente em todos os lugares, fixado em todas as culturas pelo mundo, por conta da dominação de mercado dos EUA na economia mundial. O projeto irá mostrar o porque é tão importante o aprendizado da língua inglesa, no mundo atual e principalmente para o profissional da administração. Crystal (2003) compreende que o aprendizado da língua é necessário, mas também precisa de um grande esforço para seu domínio e que um quarto da população mundial já é totalmente fluente ou competente, e esse número cresce a cada ano. Diz também que quem for fluente não terá problema em qualquer lugar do mundo. Isso mostra o quão importante é o poder da língua inglesa e como é forte a sua atuação dela em nossas vidas. A metodologia utilizada é quantitativa e qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e tem como ponto principal o desenvolvimento de um estudo importante em nossas vidas. Discutiremos também o problema da educação precária que enfrentamos em nosso país, em que o aprendizado não é passado como deveria e por resultado traz pessoas com problemas para escolas públicas e não podem pagar escolas particulares para adquirir o conhecimento necessário. Conclui-se, dessa forma, que projetos é uma área muito importante para a sociedade, pois além de trazer ideias inovadoras, traz também lacunas em que pode mudar o mundo.

Palavras-chave: Inglês. Administradores. Conhecimento.

MOTIVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

ABRANTES, Tamires Caroline
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
tamiabrantes@hotmail.com

RESUMO

A motivação é um dos temas de grande relevância na atualidade. As organizações necessitam entender seus mecanismos geradores e procurar meios eficazes de coloca-los em prática. Segundo Bergamini (2008, p. 104), o estudo da motivação é considerado indispensável dentro do campo do comportamento organizacional, “pois é de grande interesse conhecer quais os fatores que deveriam ser considerados como os principais determinantes dos mais diferentes tipos de satisfação que se pode obter no trabalho”. O presente estudo objetivou avaliar se os colaboradores internos do setor de Fundação da Empresa Baldan Implementos Agrícolas estão motivados em seu trabalho. Para isso, foi realizada uma pesquisa com o uso do método qualitativo, com o intuito de descrever o perfil dos colaboradores, fatores de motivação presente e possíveis fatores que podem gerar insatisfação. Foi elaborado e aplicado um questionário, com 10 questões fechadas com a participação de 62 colaboradores, dos 80 do setor. Os resultados do estudo apontaram que a relevância ou impacto que mais interfere positivamente na motivação dos trabalhadores do setor de fundição é o reconhecimento. Apurou-se também que os colaboradores encontram-se satisfeitos com as atividades que exercem dentro da empresa, o que permite concluir que os colaboradores estão motivados.

Palavras-chave: Motivação. Satisfação. Setor de fundição.

O MARKETING NA CULTURA SKATEBOARD: UM ESTUDO DE CASO DA MARCA ATITUDE ESPORTES RADICAIS DE MATÃO

GADINI, Valquiria Trevisan
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
espuleta_tg@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho relata o estudo das características de consumidores das lojas de skate/surf wear e street wear (estilo urbano), na cidade de Matão e a percepção de uma marca que busca se posicionar especificamente dentro deste segmento. O estudo procura observar as principais relações dos consumidores, ajudando então a qualificar o posicionamento que a marca deve seguir. Por meio de pesquisa realizada com 50 entrevistados, traçou-se um panorama da opinião, preferências e hábitos dos adeptos do skateboard. É possível perceber que a prática do skateboard na cidade de Matão encontra-se em desenvolvimento e em evolução. Neste cenário, a marca Atitude Esportes Radicais demonstra estar aumentando sua participação de mercado nesse segmento e o estudo procura analisar suas principais características e estratégias de marketing.

Palavras-chave: Comportamento do consumidor. Skateboard. Posicionamento.

GESTÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES

ROSA, Samantha de Paula
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
samantha.rosa70@gmail.com

RESUMO

Identificar quais fatores geradores de conflitos, as possíveis soluções e identificar se podem ou não trazer benefícios às atividades empresariais, visando encontrar formas de gestão. A metodologia é a elaboração e aplicação de questionário fechado, com 13 questões, para funcionários do setor de Corte e Dobra da empresa Baldan Implementos Agrícolas S/A. Ao todo foram respondidos 31 questionários, que permitiram constatar que, os conflitos podem ser construtivos, conforme defendido por Chiavenato (2010) e Robbins (2005) e que se bem administrados, podem gerar efeitos positivos no comportamento das pessoas. Identificou-se também que os principais fatores geradores são divergência de pensamento, atitude e ações, sendo possível confirmar a tese de Robbins (2005) e Chiavenato (2010) que defendem que em um ambiente organizacional, os conflitos são provocados principalmente pelos relacionamentos estruturais, diferenças pessoais e objetivos, mais do que pela própria comunicação, como pensam a maioria das pessoas. Quanto às soluções, 52% afirmam buscar conversar com as partes envolvidas, conforme Chiavenato (2010) e Pereira (2007), em que o conflito desperta novos pontos de vista, estimula o interesse em descobrir meios eficazes de realizar as tarefas, assim como soluções criativas e inovadoras. Outros 26% disseram comunicar ao gestor o ocorrido, na tentativa deste solucionar o caso, o que exemplifica a importância do gestor nas situações de conflitos, conforme Handy (1978, apud Cavalcanti, 2006, p. 45).

Palavras-chave: Conflitos. Efeitos. Soluções.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NA ELABORAÇÃO DA REMUNERAÇÃO

CHIARI, Maraysa
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
maraysa.chiari2@gmail.com

RESUMO

As empresas existem para movimentar os patrimônios de seus proprietários. Para que isto ocorra positivamente é necessário que as metas e os desempenhos planejados sejam alcançados. E evidentemente para se alcançar os objetivos organizacionais são imprescindíveis que se detenha de capital de recursos humanos apropriado. Todavia, o sucesso nas organizações não está apenas em uma boa empresa bem estruturada, uma equipe funcional prática e metas bem traçadas, também é necessário que se saiba valorizar os seus funcionários. O presente estudo analisa a questão da gestão de recursos humanos e suas correlações com a remuneração, a satisfação dos funcionários, o turnover – rotatividade – da equipe e demais fatores que tenham relação direta com este tema. A metodologia do estudo é de natureza exploratória qualitativa. Foi feita a revisão bibliográfica da gestão de recursos humanos, especialmente delimitando as teorias acerca da remuneração. Também foi feita a revisão da literatura atual, de casos práticos, para conferir um comparativo objetivo à questão abordada. Isso foi feito com a análise crítica dos textos de Krauter; Sousa (2012), Souza, Moura, Luca (2012) e Leitão, consistindo, assim, em análises de casos práticos. Este presente estudo pretende servir à consulta de profissionais da área de administração, recursos humanos ou de gestão empresarial, para que aquela barreira entre os estudos acadêmicos e a realidade empresarial possa ser gradualmente aniquilada e que as práticas mais atuais possam não só estar nas universidades mas também dentro das empresas e assim, mais próximas da sociedade.

Palavras-chave: Gestão de recursos humanos. Remuneração empresarial. Sistemas estratégicos.

EMPRESA FAMILIAR: OS DESAFIOS E AS VANTAGENS DA GESTÃO FAMILIAR

LOZANO, Camila
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
camilinha_lozano@hotmail.com

RESUMO

Empresas familiares são aquelas formadas geralmente por membros da mesma família, e que possuem duas ou mais gerações presentes na sua gestão. No cenário global das empresas, as familiares se destacam, não apenas por seu grande percentual como também pela sua maior expressão. Em 1997, das 500 maiores empresas mundiais, 40% eram de propriedade familiar ou por ela controlada. Tais empresas, no Brasil somam mais de 73% desse controle. Podemos citar que a história da economia brasileira foi escrita por empresas familiares, cujo desenvolvimento se deu pelo talento, conhecimento e determinação de inúmeros empreendedores. Grande parte destas empresas brasileiras nasceram dos esforços dos homens, mulheres e seus filhos movidos por amor ao trabalho e coragem, transformando empresas pequenas ao nível mundial. O presente estudo abordará desde os principais conceitos sobre empresa familiar, até seus desafios com relação à gestão e as suas vantagens e desvantagens.

Palavras-chave: Empresa familiar. Desafios. Família.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

NARDACION, Viviane Cristina
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
viviane.nardacion@predilecta.com.br

RESUMO

A ausência de um bom planejamento tributário nas empresas e a dificuldade de analisar e escolher a melhor forma de tributação que atenda às suas necessidades vem afetando de forma significativa o crescimento e o desenvolvimento econômico das organizações, notoriamente devido à alta carga tributária presente no Brasil e à complexidade da legislação tributária. Dentro deste contexto se insere este estudo, tendo como objetivo demonstrar o melhor enquadramento tributário a se optar entre as possibilidades presentes na Legislação Tributária vigente no Brasil, para uma empresa que atua no ramo alimentício, a qual não teve seu nome divulgado, utilizando como método de pesquisa estudo de caso e análise de dados. Com base na análise dos dados levantados pode-se constatar que a empresa opta de maneira correta pelo Regime de apuração de Lucro Real, pois a empresa teve uma economia de 48,21% de impostos, podendo utilizar esse momento para investir em melhorias que possam trazer para a empresa uma competitividade maior e estabilidade no mercado atuante.

Palavras-chave: Contabilidade. Tributos. Planejamento Tributário.

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

SILVA, Camila Mendes da
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Mila.mendes15@hotmail.com

RESUMO

O trabalho tem como objetivo principal defender a importância em respeitar todas as formas de se comunicar e apontar a importância da comunicação e da variação linguística nas instituições financeiras. Todas as línguas do mundo têm suas variedades linguísticas, pois as pessoas não são iguais, elas pertencem a culturas diferentes e formas de socialização que variam e marcam sua identidade. A língua, devido a fatores sociais, políticos, econômicos e de escolarização, apresenta variedades que são consideradas padrão e não padrão. É preciso e importante reconhecer as diferentes formas das pessoas usarem a língua e respeitá-las independentemente da forma como falam, no entanto, sabemos da necessidade de se dominar a variedade padrão. A presente autora optou por discorrer sobre o uso dessas variedades linguísticas, em uma instituição financeira, pois é o seu local de trabalho e onde realiza um intenso atendimento ao público, onde essas variedades linguísticas são notáveis, porém não tornam a comunicação impossível. Apesar de ser natural o fato de que as pessoas não falam da mesma maneira, ainda há preconceito em relação à língua e suas variações. O preconceito linguístico diminui a autoestima do outro, faz o mesmo se sentir inferior e até mesmo incapaz. As pessoas precisam se conscientizar que vivemos em um país com grande extensão territorial, com pessoas de diferentes formas de socialização e respeitar mais uma diferença entre nós, humanos, a variação linguística.

Palavras-chave: Linguística. Instituição financeira. Preconceito.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NA ELABORAÇÃO DA REMUNERAÇÃO

CRNKOVIC, Luciana Helena
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Crnkovic20@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi avaliar o grau de intensidade com que as clínicas médicas privadas utilizam e combinam os componentes de seu marketing de relacionamento, sob as perspectivas de seus gerentes e também dos clientes externos. O setor de serviços de saúde privada é um dos que mais crescem no mundo em virtude da, entre outros fatores, maior disponibilidade de serviços de saúde domésticos. Tais interações indicam necessidades de estabelecer relacionamentos mais duradouros com os clientes. Para atender aos objetivos do estudo utilizou-se uma abordagem metodológica exploratória e descritiva. De forma a sustentar na literatura existente, optou-se por aplicar o modelo conceitual de Gordon (1998) que avalia o marketing de relacionamento por meio de oito componentes: cultura e valores; liderança; estratégia; estrutura; recursos humanos; tecnologia; conhecimento e percepção; e processos. Uma amostra de 40 clínicas localizadas em João Pessoa/PB, seus respectivos gerentes e 400 clientes foi utilizada. Os dados foram tratados de forma qualitativa e quantitativa por meio do *Mann-Whitney*, Análise RIDIT e estatística descritiva. Os resultados sugerem, entre outras coisas, que os componentes do marketing de relacionamento são utilizados moderadamente pelas clínicas médicas e privadas. Entretanto, tanto as clínicas quanto os clientes reconhecem a importância da matéria na tentativa de estabelecer relacionamentos longitudinais com os clientes leais.

Palavras-chave: Marketing de relacionamento. Serviços médicos privados. Análise RIDIT.

CHICO BENTO E SEU PRIMO ZECA: UMA VISÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA LÍNGUA FALADA PELOS PERSONAGENS DE MAURÍCIO DE SOUZA

GEMENTI, Mariana Moretto
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
mariana_moretto@hotmail.com

RESUMO

Calvet (2007, p. 11-12) diz que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam e a história de uma língua é a história dos seus falantes”. É possível afirmar de um indivíduo para outro, de um lugar para outro, de uma situação para outra, os falantes utilizam certas estruturas e realizam certas escolhas entre os sons e certas palavras na hora de utilizar a língua. Essa ampla variedade de diferenças linguísticas pode caracterizar a variação. Segundo Machado (2008, p. 9), a diversidade linguística advém da diversidade humana, pois uma língua é o reflexo de seus falantes. Isso quer dizer que a língua e sociedade determinam-se e se constroem fundamentadas na relação que existe entre elas, visto que do contato linguístico caracteriza-se a estruturação e formação de uma sociedade e esta se particulariza entre outras coisas, pela sua língua. Quando o falante se expressa através da linguagem, transmite uma vasta configuração de característica do contexto social em que está inserido. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo observar alguns conceitos de língua e linguagem, fundamentado nas teorias sociolinguísticas, evidenciando o caráter variável da língua em suas variedades linguísticas por meio de um trecho da história em quadrinho escolhida, do Chico Bento e seu primo Zeca.

Palavras-chave: Linguística variacionista. Preconceito linguístico. Língua padrão e não-padrão.

TINTAS INTENSIVAS MATÃO

SILVA, Matheus Fioravante; SENE, Matheus Vinícius Okida
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
matheus.okida.sene@icloud.com; matheus.fioravante11@hotmail.com

RESUMO

Nossa tinta tem como principal característica ser 100% ecológica, melhor dizendo, não tendo cheiro forte, nossa empresa trabalha a partir da escolha de nosso cliente, fazendo todos os processos da tinta e temos duas especializações, a tinta para residência e a tinta usada para automóveis. Concluímos que nossa tinta pode ser um projeto inovador e ecológico.

Palavras-chave: Ecológico. Tintas. Intensivas.

SUSTENT – PRODUTO INOVADOR E SUSTENTÁVEL

CUNHA, Fernanda; COSTA, Rita de Cássia; SANTOS, Tais Fernanda; MOURA, Thales

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
fernada.hera@hotmail.com; r.kassia85@outlook.com;
tais_tita_santos@hotmail.com; thalesmouraitu@hotmail.com

RESUMO

Desenvolver um projeto visa criar um novo produto ou inovar. Segundo Microsoft Press (1998) projeto é uma sequência bem definida de eventos, com um início e um final identificável. O foco de um projeto é obter uma meta identificada. Assim, o objetivo deste trabalho é desenvolver um produto sustentável que atende no mercado o público masculino e feminino, visando satisfazer as necessidades dos consumidores, de acordo com as tendências de mercado em relação aos modelos, cores e variedades. O planejamento para o desenvolvimento do produto é importante, pois segundo Chiavenato (2004, p. 152), “o planejamento é a primeira das funções administrativas e é a que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como alcança-los”, sendo assim uma ferramenta essencial que não pode faltar dentro das empresas, pois serve de orientação para as ações da organização, tanto no ambiente interno como externo. A vantagem de um produto sustentável é a redução dos custos e a maior valorização do produto. A metodologia utilizada é a qualitativa baseada em revisão bibliográfica e teve como resultado o desenvolvimento de um produto inovador e sustentável. Uma das vantagens é a redução dos custos com o uso da matéria prima reciclável, já as desvantagens são as concorrências que trabalham com o mesmo segmento de produtos e matéria-prima diferenciada. Conclui-se, dessa forma, a contribuição apresentada para o desenvolvimento dos produtos se dá com a verificação do cenário e o grau de inovação do projeto de produto que está sendo desenvolvido e com a utilização de metodologias adaptativas para projetos de concepção de rotina em ambientes simples.

Palavras-chave: Planejamento estratégico. Projeto. Metodologia qualitativa.

ASPIRACELAR – PRATICIDADE E SUSTENTABILIDADE

RIBEIRO, Antonia Juliana; SILVA, Bruna Letícia Tomas; SOUZA, Caio Vinícius Magolo; CABRERA, Gabriel França; MELGES, Larissa Caroline
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
julianapr88@gmail.com; brunaleticiatomaz@hotmail.com;
caiomagolo@gmail.com; gabriel30.cabrera@gmail.com;
larissa.ca.melges@hotmail.com

RESUMO

O projeto foi criado pensando na sustentabilidade que atualmente as pessoas estão buscando nas empresas e produtos, juntando a praticidade e a diferenciação, que não há nos concorrentes, com objetivos leves e recicláveis. Assim, o objetivo é desenvolver um aspirador de pó feito em garrafas pet com cores padrão verde e transparente, que tem como principal benefício, o baixo custo e a eficiência necessária para ser útil nas rotinas diárias, aspirando as sujeiras espalhadas pela casa ou até mesmo na mesa de trabalho. A metodologia utilizada é qualitativa baseada em revisão bibliográfica e teve como resultado o desenvolvimento de um produto inovador. Os resultados foram obtidos por meio de análise de mercado e assim nota-se que as ameaças são: fortes concorrentes, avanço tecnológico e baixa identificação do produto com o público idoso, já como oportunidades, destaca-se a inovação do produto, investimento em propagandas, além da ajuda na reciclagem da cidade e sua aceitação pelos clientes pela praticidade. Em pontos fracos do nosso produto, observa-se não ser fortemente tecnológico, aspira somente pó e pode ser feito de matérias recicláveis, os reservatórios de sujeira são menores que os normais. Em contrapartida, ressalta-se como pontos fortes em praticidade do aspirador, baixo custo, economia, sustentável, pouca manutenção, além da bateria do motor não precisar ser trocada frequentemente por ser ligada a tomada. Conclui-se, dessa forma, que projetos é uma área importante para qualquer mercado, pois é onde se materializa os novos e inovadores produtos.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Inovação. Projeto.

CADEIRA BIBLIOGRÁFICA

LUCINDO, Ana Eliza; SILVA, Bruna Carolina; SILVA, Camila Naiara; ROMÃO, Vitor Gabriel

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
anaelizalucindo@outlook.com; vitorgabrielromao@outlook.com;
caah.nayara@hotmail.com; caroll.brunna@hotmail.com

RESUMO

O objeto foi criado pensando no incentivo a leitura para crianças. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é desenvolver poltrona bibliográfica inovadora, útil, colorida, sofisticada e prática, fazendo com que a leitura se torne ainda mais agradável. No mundo onde a leitura é um desafio para o século XXI. Segundo Maxilmiliano (2002), a definição de projetos é “um empreendimento temporário de atividades com início, meio e fim, programados que tem por objetivo fornecer um produto singular e dentro das restrições orçamentárias”. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e teve como resultado o desenvolvimento de um produto inovador. Como resultados notaram-se ameaças que são os concorrentes e o baixo índice de leitura no país, as oportunidades que é pelo fato de ser um produto inovador e criar uma oportunidade de o índice de leitura aumentar e o investimento em marketing para o produto expandir. Em pontos fracos do nosso produto nota-se que por ser um produto inovador ainda não ingressou no mercado, sendo assim, ressalta-se como pontos fortes conforto, praticidade, design e portátil, tornando um produto incentivador à leitura. Conclui-se, dessa forma, que projetos é uma área onde corremos riscos, ameaças e para que conseguíssemos alcançar nossos resultados, tivemos que nos planejar para atendermos os requisitos dos nossos clientes e satisfação de todos, principalmente de nossa equipe, por conseguirmos concluir nosso projeto.

Palavras-chave: Inovador. Planejamento. Resultados.

SUSTENT – PRODUTO INOVADOR E SUSTENTÁVEL

CORREA, Flávio Henrique
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
flavinho.saopaulo.net@hotmail.com

RESUMO

Desenvolver um projeto visa criar um novo produto ou inovar. Segundo Microsoft Press (1998) projeto é uma sequência bem definida de eventos, com um início e um final identificável. O foco de um projeto é obter uma meta identificada. Assim, o objetivo deste trabalho é desenvolver um produto sustentável que atende no mercado o público masculino e feminino, visando satisfazer as necessidades dos consumidores, de acordo com as tendências de mercado em relação aos modelos, cores e variedades. O planejamento para o desenvolvimento do produto é importante, pois segundo Chiavenato (2004, p. 152), “o planejamento é a primeira das funções administrativas e é a que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como alcança-los”, sendo assim uma ferramenta essencial que não pode faltar dentro das empresas, pois serve de orientação para as ações da organização, tanto no ambiente interno como externo. A vantagem de um produto sustentável é a redução dos custos e a maior valorização do produto. A metodologia utilizada é a qualitativa baseada em revisão bibliográfica e teve como resultado o desenvolvimento de um produto inovador e sustentável. Uma das vantagens é a redução dos custos com o uso da matéria prima reciclável, já as desvantagens são as concorrências que trabalham com o mesmo segmento de produtos e matéria-prima diferenciada. Conclui-se, dessa forma, a contribuição apresentada para o desenvolvimento dos produtos se dá com a verificação do cenário e o grau de inovação do projeto de produto que está sendo desenvolvido e com a utilização de metodologias adaptativas para projetos de concepção de rotina em ambientes simples.

Palavras-chave: Planejamento estratégico. Projeto. Metodologia qualitativa.

DIREITO DO TRABALHO

VICENZOTI, Caroline Aparecida; SANTOS, Gabriela Brame; RIBEIRO, Jaqueline; SANTANA, Valéria Hipólito
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Gaby_brame@hotmail.com; jaque_17jr@hotmail.com;
valeriahipolito@hotmail.com

RESUMO

Direito do trabalho é o conjunto de princípios, regras e instituições atinentes à relação do trabalho subordinado e situações análogas, visando assegurar melhores condições de trabalho e sociais ao trabalhador, de acordo com as medidas de proteção que lhe são destinadas. O Direito do trabalho vai estudar uma espécie de trabalhador: o empregado, que é o trabalhador subordinado ao empregador, que não tem autonomia em seu mister. A finalidade do Direito do Trabalho é assegurar melhores condições de trabalho, porém não só essas situações, mas também condições sociais ao trabalhador. A melhoria das condições de trabalho e sociais ao trabalhador vai ser feita por meio da legislação que, antes de tudo, tem por objetivo proteger o trabalhador, que é considerado o polo mais fraco da relação com seu patrão. O Direito do Trabalho vai equilibrar a relação entre empregado e empregador, que é desigual. Tem por funções o Direito do Trabalho: estabelecer regras mínimas para o trabalhador e garantir a condição social do trabalhador.

Palavras-chave: Direito do trabalho. Melhorias. Trabalhador.

O NOVO CONCEITO DE EMPRESÁRIO E AS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS

SILVA, Émelin Élen; FIGUEIRA, Vinícius de Brito
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
emelin_elen@hotmail.com; vbfigueira@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de pesquisa um breve relato sobre os princípios do Direito Comercial, abordando assuntos como: o novo conceito de empresário presente no Código Civil, a evolução do conceito de comerciante para empresário, as responsabilidades dos sócios em responder subsidiariamente perante as dívidas empresariais, sendo elas: 1) Responsabilidade limitada, do qual os bens particulares não serão utilizados para o pagamento de dívidas; 2) Responsabilidade ilimitada, onde os bens serão utilizados para o pagamento de dívidas para a sociedade; 3) Responsabilidade subsidiária do qual os bens da empresa devem se esgotar para só depois utilizar-se do bem dos sócios; 4) Responsabilidade solidária, no qual todos os sócios respondem pelas dívidas da organização e brevemente sobre as responsabilidades social e ambiental. A pesquisa foi desenvolvida baseando-se em livros de Direito e artigos acadêmicos, dos quais trouxeram na íntegra o conceito e as normas que são atuais e vigoram no país, além dos comentários a respeito de cada um dos assuntos. A relevância de tal pesquisa se deve ao fato da suma importância para que futuros gestores saibam o básico sobre como uma empresa funciona no ramo do Direito e como a organização deve ser gerida de acordo com as leis vigentes no país, no cumprimento de seus deveres e obrigações, desde a abertura até um possível encerramento da sociedade, além de estar ciente sobre a garantia e proteção de seus direitos.

Palavras-chave: Empresário. Responsabilidade. Conceito.

MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL (MEI)

BRETTI, Giovanni; SPERANDIO, Guilherme Stradiotto; SILVA, Mateus Gabriel;
BALDASSA, Murilo; BALDASSA, Matheus; MILAZZOTTO, Felipe Raia
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
mate.gabriel@hotmail.com

RESUMO

O microempreendedor individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Além disso, o MEI está enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Para se formalizar, se faz necessário informar o número do CPF e data de nascimento do titular, o número do título de eleitor ou o número do último recibo de entrega da Declaração Anual do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF. O MEI estará dispensado de emitir nota fiscal para consumidor pessoa física, mas não às pessoas jurídicas, salvo quando esses destinatários emitirem nota fiscal de entrada.

Palavras-chave: Microempreendedor individual. Lei complementar. Benefícios.

DIREITO DO TRABALHO

SILVA, Bianca Elisa; MICHELAN, Bianca Caroline; VOGEL, Eliana Carla;
BEZZI, Isabela Marchini; LOPES, Joice Oliveira; SANTOS, Vagner Luiz
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
biancaelisa@outlook.com.br; biancamichelan@hotmail.com;
elianacarlavogel@hotmail.com; isabelabezzi@hotmail.com;
joiceoliveiraalopez@gmail.com; Vagner-luiz@hotmail.com

RESUMO

Explicar as várias denominações que o Direito do Trabalho teve como: Direito Industrial, Direito Operário, Direito Corporativo, Direito Social, Direito Sindical, Direito Econômico e Direito Profissional, porém eram inadequadas por seu caráter generalizador. Adotaram a denominação “Direito do Trabalho” pelo fato deste ramo ter surgido em virtude do trabalho, com o intuito de regular e proteger as relações de trabalho, sejam elas individuais ou restritas. No estudo do direito do trabalho é de suma importância a percepção da relação entre o empregado e o empregador, pois ao conceituar o direito do trabalho, constata-se ser ele um conjunto de normas de nosso ordenamento jurídico, que regem as relações entre empregados e empregadores, e os direitos resultantes da condição jurídica dos trabalhadores.

Palavras-chave: Leis. Salários. Direitos.

ARTIGO 50: PRINCÍPIO DA DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

SAVEGNAGO, Gabriela Guandalini; SALDANHA, Thaís Gallo
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
thais.gllo@hotmail.com; ggsavegnago@marchesan.com.br

RESUMO

Do novo código civil, que recentemente entrou em vigor, o artigo 50 merece especial destaque posto que trata da desconsideração da personalidade jurídica. O referido dispositivo prevê a extensão de determinadas obrigações aos administradores e sócios da pessoa jurídica. Confirmam-se os termos do mencionado artigo: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”. O desvio de finalidade, por sua vez, “ocorre quando os sócios ou administradores utilizam a sociedade para fins diversos daqueles almejados pelo legislador, isto é, fora do objeto societário” (COUTO SILVA). De acordo com o artigo 20 do antigo Código Civil Brasileiro, a pessoa jurídica – seus bens, direitos e obrigações – não se confundia com a pessoa de seus membros. O escopo do instituto era o de diminuir os riscos da atividade econômica e incentivar a atividade produtiva, a fim de incrementar o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Pessoa jurídica. Patrimônio. Desvio de finalidade.



CURSO DE DIREITO

REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E PENAIS

FURINI, Ana Luiza de Cinque
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
analuzafurini@gmail.com

RESUMO

A análise de elementos históricos se faz necessária para compreensão concreta do fenômeno social da prostituição, que passou por profundas transformações de acordo com a ordem socioeconômica vigente a cada época. A partir desta compreensão, é possível determinar as características dos sistemas político-jurídicos regulamentadores da prostituição ao redor do mundo e compará-los ao sistema vigente no Brasil, cujo ordenamento jurídico, ainda que criminalize algumas condutas relacionadas à prostituição, não dispõe especificamente sobre a prática desta atividade. Tratando-se de um Estado Democrático de Direito, e por isso tende ao respeito à pessoa como seu elemento estruturante, a omissão legislativa fere diretamente a relação entre dignidade, liberdade, igualdade e legalidade, ainda merecendo atenção o princípio da intervenção mínima do Direito Penal, estabelecendo que o Estado não interfira na intimidade de seus cidadãos até que não haja alternativa. Tendo o Estado suas atividades limitadas à administração dos males sociais, a proposta de legalização e regulamentação da prostituição não deve ser entendida como solução mágica e sim como a possibilidade de criar condições para diminuir os atuais constrangimentos e eventuais violências ou abusos do poder econômico, institucional e político praticados contra os profissionais do sexo.

Palavras-Chave: Prostituição. Legislação. Regulamentação.

DIREITO AO TRABALHO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SALTO, Ana Cristina Gandini
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
acgandini@gmail.com

RESUMO

O presente projeto de pesquisa teve como objetivo fazer considerações sobre a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), especificamente no que se refere ao Direito do Trabalho, artigos 34 a 38, através de pesquisa bibliográfica, nos doutrinadores de Direito, em sites e pesquisadores que tratam sobre a lei, compreender sua importância e efetivação prática dos direitos trabalhistas e garantias legais da pessoa com deficiência. Por meio de análise quanto aos direitos e barreiras trazidas pela Lei 13.146/2015 baseando-se na Constituição com seus direitos individuais e sociais como a sua efetiva prática quanto aos direitos e garantias legais que foram conquistadas por esta parcela da população e entrevistas com pessoas com deficiência e profissionais que trabalham com este público realizando seleção, recrutamento e capacitações, através de questionários objetivos e abertos.

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência. Direito do trabalho. Inclusão.

PUBLICIDADE ENGANOSA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VALVERDE, Alessandra Tatiani da Silva
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Alessandra.tatiani@gmail.com

RESUMO

O projeto tem por objetivo estudar e analisar o fenômeno jurídico da publicidade enganosa, frente ao código de defesa do consumidor (Lei 8.078/90). Trazer informações ao indivíduo que desconhece a prática enganosa e seus direitos legais. Conhecer artigos específicos do código de defesa do consumidor contra a prática da publicidade enganosa. Diferenciar publicidade enganosa e publicidade abusiva. Conhecer a responsabilidade civil do anunciante e dos veículos de comunicação e agências. Estudar alguns casos sobre a prática da publicidade enganosa aplicada a grandes marcas. Trazer o que diz alguns doutrinadores sobre o assunto, por meio de pesquisa bibliográfica e em sites.

Palavras-Chave: Publicidade enganosa. Consumidor. Código de defesa do consumidor.

O IMPEACHMENT BRASILEIRO: ASPECTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS

BERGAME, Guilherme Massocato
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
gmbergame@hotmail.com

RESUMO

O Impeachment no sistema brasileiro apesar de ser estruturado juridicamente segundo a Constituição Federal e as leis inerentes ao tema, está fortemente influenciado e completamente vulnerável a um viés político, vez que desde ap ser levado inicialmente a Câmara dos Deputados para então ser apreciado e julgado no Senado Federal, acaba sobrepondo os interesses individuais e políticos sobre um processo que deveria ser admitido e julgado visando apenas a devida e justa justiça. Ainda nessa mesma linha de pensamento vale ressaltar que tal processo deixa a desejar ao colocar como julgadores os próprios políticos, ou seja, deputados, senadores. Que muitos destes não possuem saber jurídico necessário para um devido parecer ao caso, contribuindo então, como dito anteriormente, sendo empurrados pela massa para um conjunto de interesses políticos.

Palavras-Chave: Impeachment. Político. Juridicamente.

INQUÉRITO POLICIAL

PEREIRA, Bruno Vinícius
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
bruno123vinicius@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa monográfica procede a uma análise doutrinária, bem como uma análise na ótica dos tribunais superiores acerca do instituto do inquérito policial, procedimento administrativo confeccionado pela Polícia Judiciária, seja no âmbito Federal ou Estadual, que tem por objetivo a apuração de determinado fato criminoso, de sua autoria, bem como das circunstâncias decorrentes do crime, servindo de peça informativa para que o titular da ação possa exercer seu direito de ação. Trata-se de procedimento investigativo que possui natureza inquisita, uma vez que via de regra, não lhe é aplicável os princípios do contraditório e da ampla defesa, através do qual são realizadas diligências no sentido de fornecerem elementos ao detentor da opinião delitiva. Discute-se ainda, sua estrutura conceitual, sua natureza jurídica, e suas características, seu valor probatório, destacando-se sua força de embasamento a uma futura sentença condenatória, as hipóteses em que as provas produzidas na fase pré-processual podem ser levadas a juízo, seus vícios e ou irregularidades, a incomunicabilidade do preso em procedimento investigativo, seus prazos para conclusão tanto no âmbito Federal quanto Estadual, sua atribuição utilizando-se de critérios que fixam sua margem de atuação, sua ótica procedimento, analisando as espécies de notícia crime, o indiciamento do suspeito como ato formal, bem como as espécies de arquivamento.

Palavras-chave: Polícia judiciária. Procedimento investigativo.

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – AUXÍLIO RECLUSÃO

CAPPARELLI, Rafael Schmidt
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
r.capparelli@hotmail.com

RESUMO

Iniciando nosso estudo com o conceito de seguridade social e seu reflexo na previdência social, bem como sua principal finalidade, aprofundando-se em sua evolução histórica até alcançarmos a presente data, na qual a legislação vigente preceitua ao tema que se refere o trabalho em pauta. Traz este trabalho as diferentes características necessárias para a obtenção do benefício previdenciário de auxílio-reclusão, beneficiando os tipos de pena adequada para sua obtenção, análise dos casos de concessão, cessação e suspensão do benefício previdenciário, as hipóteses de incidência atreladas a ele, sujeito ativo, passivo e segurado do benefício e da previdência social, fato gerador, termo inicial e final do auxílio-reclusão, período de carência e todas as exigências e requisitos para pleitear o benefício, notadamente exemplificados e dirimidos no decorrer do trabalho. Por fim, em se tratando de um benefício previdenciário, cuja finalidade é a proteção material dos dependentes do segurado recluso, apresenta-se os requisitos para estes se enquadrarem como tal, bem como seus direitos perante a Previdência social e a perda de seus direitos e da qualidade de segurado, demonstrando, ainda, a dificuldade em se obter o auxílio-reclusão.

Palavras-chave: Benefício. Previdência. Auxílio-reclusão.

ALIMENTOS GRAVÍDICOS

ROSSI, Célio

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

celiotiozinho@hotmail.com

RESUMO

Os temas relacionados ao Direito de Família trazem não raras vezes entendimentos diversos e notáveis divergências doutrinárias. Seguindo esta tendência legislativa, com a entrada em vigor da Lei 11.804/2008, que disciplina os “Alimentos Gravídicos”, mas polêmica gerou expostas aos operadores do Direito. Sob este prisma, o presente trabalho, no capítulo primeiro aborda uma análise histórica e de como ocorreu a evolução do tema alimentos até os dias atuais. No segundo capítulo, faz-se uma análise sobre a mais profunda relativa ao tema “alimentos” e suas principais características, sobretudo ao desenvolver o tema, considerando a obrigação alimentar é dever moral, assistencial e solidário, protegido pelo princípio da reciprocidade. Os alimentos se revestem de relevante interesse social e contribuem para a integridade da pessoa, sua formação, sobrevivência e conservação, como direitos assecuratórios à personalidade, à dignidade e à cidadania, todos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, já que a finalidade dos alimentos é assegurar ao alimentado sua própria subsistência, saúde, educação e lazer, dentre outras necessidades básicas. No capítulo terceiro, a importância do nascituro e seus direitos sob a ótica da teoria concepcionista, resguardados pelo ordenamento jurídico é estudada. Finalmente, o último capítulo disserta a importância dos alimentos gravídicos terem trazido a gestante o direito de buscar alimentos de que necessita, do suposto pai (genitor), durante o período de gestação. A lei dos alimentos gravídicos visa proporcionar à gestante um direito a prestações dos valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período da gravidez, sejam elas decorrentes desde a concepção até o momento do parto, os alimentos constituem alimentação adequada, assistência médica, exames complementares e outros considerados a critério do juiz. O último tema tratado é a nova regra processual, com que o alimentante pode apresentar à resposta até cinco dias, contados da data de citação.

Palavras-chave: Alimentos. Grávidas. Direito da Família.

DIREITO À ORTOTANÁSIA

PACHECO, Michele Drociunas
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
drociunas@yahoo.com.br

RESUMO

O direito à vida é algo indisponível e preservar a dignidade do ser humano até seu último momento de vida deve ser garantido pela sociedade e pelo Estado. O momento em que os recursos não podem mais proporcionar cura e o paciente se encaminha para o fim da vida, não significa que não há mais o que fazer. Qual deve ser a atitude legal, médica e moral frente a isso? O presente trabalho tem por objetivo explicar o conceito de Ortotanásia e diferenciá-la de outras expressões como eutanásia e distanásia. Além disso, pretende expor o que alguns doutrinadores e pesquisadores pensam a respeito desta conduta, já incluída no dia-a-dia médico.

Palavras-chave: Ortotanásia. Vida. Direito.

A QUESTÃO DAS COTAS E O COMPROMISSO COM A PRESENTE E COM AS FUTURAS GERAÇÕES

RIGHI, Valdir

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

Historia.historia@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa mostrar um pouco da luta de um povo sofrido, mas guerreiro e corajoso. Um povo que luta contra uma herança que somente lhe fez mal e traz até hoje a discriminação e o preconceito. O artigo fala das cotas, dos prós e dos contras, do embasamento legal e da pressão social, fala de outras lutas e da questão histórica. O trabalho não pode abordar de forma mais ampla toda a questão, porém focou uma parte da problemática com relação à legislação e aos princípios de erros passados, cometidos pela nossa sociedade e pelo governo. O artigo debate os argumentos apresentados pelos defensores das cotas e abre espaço para os opositores, deixando a questão em aberto para ser objeto de discussão no campo filosófico.

Palavras-chave: Cotas. Desigualdades. Discriminação.

A INAPLICABILIDADE DA SÚMULA VINCULANTE N° 11 DO STF

BARBOZA, Marco Aurélio Gomes
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
marcoagbarboza@hotmail.com

RESUMO

As súmulas vinculantes são editadas com o objetivo de dar segurança às relações jurídicas. Sendo um avanço para aplicação do Sistema Common Law, sua utilização pelo STF não foi bem compreendida, como se percebe pela edição da Súmula Vinculante n° 11 do STF, sobre o emprego de algemas. A pesquisa foi realizada no sentido de demonstrar as incongruências na sua edição e sua inaplicabilidade.

Palavras-chave: Súmula Vinculante. Emprego de Algemas. Inconsistência decisória.

POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE – DESAFIOS NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL NA CIDADE DE MATÃO – SP

MATUISKI, Carlos Eduardo
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
eduardomatuiski@hotmail.com

RESUMO

Projeto de pesquisa que avalia a eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Matão-SP e o cumprimento ou não das exigências dos marcos regulatórios do FDNE. Efetuamos revisão bibliográfica sobre o tema, manipulamos e consolidamos os dados secundários, participamos do Conselho Municipal de Alimentação, tendo contato direto com os produtores e órgãos ligados ao assunto. Matão oferece 23.531 refeições diárias para 14.767 alunos (2015), adquirindo variada lista de produtos em grande quantidade. Nos últimos cinco anos da compra social houve tímida participação dos produtores locais cujo percentual de contratação ficou na casa dos 8% dos valores estimados. Ao longo da pesquisa o gestor municipal criou diversas estratégias para o fortalecimento da Agricultura Familiar Local, como o I Encontro da Agricultura Familiar, palco de padronização das informações, apresentação da demanda dos produtos, necessidade e importância do Associativismo, estreitando a parceria entre os atores. Nasceu a I Feira do Produtor Rural para a venda semanal dos produtos excedentes e instituiu-se a Associação dos Produtores Rurais de Matão e do assentamento do Complexo Monte Alegre – APRUMMA, formada pelos produtores de Matão e dos Assentados do Complexo Monte Alegre (Matão, Motuca, Araraquara) empoderando os associados não só para os futuros processos de compra de Matão como também para a ampliação de novos mercados públicos ou privados (Prefeituras/hospitais/supermercados) permitindo ainda, diante da promessa da concessão de direito real de uso de terreno público, que se construa a sede própria de entidade visando o seu crescimento, o desenvolvimento de outras atividades e o fortalecimento da associação.

Palavras-chave: Agricultura Familiar Local. Estratégias. Empoderamento.

O REGISTRO IMOBILIÁRIO COMO PROPICIADOR DE SEGURANÇA JURÍDICA

RISOLI, Tiago Leite
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
tiagoleiterisoli@hotmail.com

RESUMO

Com a evolução da sociedade surgiram várias legislações para abordar sobre o registro de imóveis, essas leis visaram sempre à busca da segurança jurídica para que se pudessem evitar fraudes e proteger o direito de propriedade. Para a proteção do direito e prevenção de fraudes faz-se necessário o registro do respectivo título, afim de que se obtenha a publicidade conferida pelo registro, portanto, não basta somente à escritura pública para proteção desse direito, deve tal título ser levado a registro. Ante o contexto social e o elevado número de negócios jurídicos praticados diariamente, deve-se destacar a importância deste instituto, que traz a proteção patrimonial, que também é tutelado pela carta magna. O objetivo do trabalho é demonstrar a importância da lei de registros públicos, dos trabalhos desempenhados pelas serventias que prestam serviços por delegação estatal, embasado em bibliografias com entendimentos apresentados por doutrinadores do tema. É de suma importância realizar o registro do imóvel, dando publicidade de seu direito e consequentemente protegendo-o juridicamente contra terceiros, não deixando o negócio jurídico no plano bilateral que tem eficácia somente entre as partes. Esta segurança é proporcionada através do princípio da continuidade, tanto na aquisição de um direito, quanto na transferência de direitos. A fundamentação teórica do tema é assentada exclusivamente na doutrina tradicional, autores que tratam do tema com propriedade e foco contundente no tema que será abordado.

Palavras-chave: Sociedade. Direito. Segurança Jurídica.

INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE NO DIREITO DO TRABALHO

FARAVELLI, Fabrício Álvaro
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
fabriciofaravelli@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa científica possui como principal objetivo o estudo do agente insalubridade e periculosidade no Direito do Trabalho. Nessa aludida pesquisa serão abordados a origem dos adicionais e previsão em legal. Outro ponto que será devidamente explanado será a origem histórica da Insalubridade e periculosidade, passando pelos seus primeiros vestígios até a sua efetiva consolidação nos ordenamentos jurídicos por todo mundo. A caracterização da Insalubridade e periculosidade serão apresentados e detalhadamente discriminados. O ponto crucial abordado na presente pesquisa será como enquadrar a atividade em contato com ruído, frio e umidade como insalubre e contato com inflamáveis como atividades perigosas, sendo todas elas devidamente com previsão na norma regulamentadora NR 15 e 16. Por fim serão realizadas as considerações finais acerca do trabalho em questão. Podemos dizer, portanto, que o tema abordado é de extrema relevância social, pois até hoje muitas pessoas que exercem atividades insalubres e periculosa sobre determinadas atividades, o que fazem sem qualquer pagamento de adicional de Insalubridade e Periculosidade, posto de trabalho que não foram regularizadas e aplicado a Norma Regulamentadora. Contudo, grande parte dos empregados que está exposto ao agente de risco, não se impõe com o Empregador para corrigir o erro, se sentindo ameaçados em perder o emprego na grande empresa. Nesse trilhar é que se acosta a pesquisa em comento, pois tem como principal finalidade de mostrar atividades que existe previsão legal.

Palavras-chave: Insalubridade. Periculosidade. Direito do Trabalho.

OS CRIMES HEDIONDOS COM ENFOQUE NO REGIME DE PROGRESSÃO PENAL

OROZIMBO, Stéfanie Lucy
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
stefanieorozimbo@gmail.com

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a abordar o tema “crimes hediondos”, estabelecendo em seu Art. 5º, XLIII, equiparando alguns delitos a hediondos, bem como estabelecendo que o legislador infraconstitucional deverá, por sua vez, estabelecer o rol de crimes hediondos. Ocorre que a Lei de crimes hediondos ao definir tais delitos estipulou que o regime de cumprimento de pena para delitos de tal espécie seria cumprido integralmente em regime fechado. Muitas controvérsias sobre a inconstitucionalidade do dispositivo surgiram, afirmando que seria inconstitucional, por estar violando a individualização da pena, bem como a dignidade da pessoa humana. O STF se posicionou, frente a tais provocações, sobre a inconstitucionalidade do dispositivo, afirmando pela constitucionalidade do diploma legal, haja visto que a CF por meio de uma interpretação teleológica esperava um tratamento mais gravoso a esses delitos. No ano de 1997 foi editada a lei de tortura, crime que a CF estabelece como sendo equiparado a hediondo, e esse diploma permitia a progressão de regime ao afirmar que o regime inicial de cumprimento da pena seria o fechado, surgindo assim novos questionamentos, já que ambos os crimes deveriam ser tratados de forma igualitária. O STF novamente se posicionou pela constitucionalidade da lei de crimes hediondos, afirmando que a lei de tortura era lei especial e não seria aplicada para crimes hediondos. Posteriormente, com o aumento da criminalidade e por uma decisão política, realizada por meio de um HC de controle difuso de constitucionalidade, o STF aceitou a inconstitucionalidade do dispositivo permitindo a progressão de regime, modulando os efeitos para prospectivos, ou seja, *Ex Nunc*, e aplicando genericamente a decisão (*Erga Omnes*), suspendendo a previsão legal de vedação de progressão de regime para os crimes hediondos, dando ensejo a novos dispositivos que regulassem o assunto nesse ponto.

Palavras-chave: Progressão de regime. Crime hediondo. Cumprimento da pena. Execução penal.

PROTESTO DE TÍTULO DE CRÉDITO

GOMES, Jussara Carolina
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
jussaragomes.ju@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o instituto do protesto de títulos de crédito. Que teve início com o surgimento da Lei 9.492/97 pois foi quem trouxe uma legislação específica sobre o instituto, ditando regras atinentes à competência e regulamentando os serviços a ele referente. O protesto extrajudicial é um ato formal e solene que tem por objetivo comprovar a impontualidade no pagamento de um título ou documento de dívida, seus efeitos. O devedor é informado de sua inadimplência por meio de intimação, possibilitando a solução dentro do título legal. Nesse sentido, faz-se uma diminuição na inadimplência. Assim como quem trabalha quer receber, quem vende também quer, muitas vezes o caminho para receber o crédito é a busca da justiça, em outras o protesto acaba sendo muito eficiente. Ato formal que é por natureza, tem a finalidade principal de forçar o devedor ao pagamento do título apresentado para protesto, bem como provar a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Teve grande evolução desde sua criação, quando era voltado para os títulos de crédito propriamente ditos sendo que, hoje em dia é possível o protesto de praticamente qualquer documento representativo de obrigação econômica. O protesto também conta com referidas vantagens, entre elas a legalidade, a gratuidade, a agilidade na recuperação dos créditos e maior eficácia, os benefícios para toda a comunidade, pois nelas se encontra a motivação que pode nortear o administrador público em seu trabalho de recuperação dos créditos tributários de forma ágil e não onerosa, por meio do protesto.

Palavras-chave: Protesto, Título de crédito. Protesto extrajudicial.

A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NO BRASIL – ASPECTOS GERAIS

ESTEVES, Rocheli Maria Rodrigues
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
rocheliesteves@hotmail.com

RESUMO

Apresentamos o instituto de alienação fiduciária, seu surgimento no Brasil e sua adequação através da mudança de diversos cenários econômicos nacional bem como seus principais aspectos e modalidades (para bens móveis e imóveis).

Palavras-chave: Alienação fiduciária. Bens móveis. Bens imóveis.

DIREITO DA CIDADE

COLENCI, Pedro Luciano
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
colencilu@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho é resultado da revisão bibliográfica sobre a contribuição dos cidadãos na gestão pública municipal, visando uma atualização conceitual sobre a participação democrática na formação e no controle do planejamento municipal estratégico. O enfoque é aqui colocado nas principais propostas de estabelecimento de uma métrica de avaliação de competências de desempenho dos diversos grupos que constituem a sociedade urbana, de modo a garantir uma participação efetiva. Trata-se de um tema complexo devido à existência de macro e micro fatores (relacionados com o ambiente público administrativo, com a diversidade social, com os estilos de liderança e com o nível de maturidade gerencial) que influenciam fortemente o ambiente em que se vive e, deste modo, condicionam grandemente a efetiva participação dos cidadãos. Pretende-se com o presente estudo apresentar o contexto do amplo panorama que envolve o tema, os conceitos que devem ser tidos em conta e apontar caminhos que permitam um aprimoramento no domínio da condução da temática.

Palavras-chave: Direito urbano. Planejamento urbano. Democracia participativa.

A CONCILIAÇÃO AMBIENTAL E O ATENDIMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ZANQUIM JUNIOR, José Wamberto
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
jwzanquim@yahoo.com.br

RESUMO

O meio ambiente, direito difuso e de uso comum do povo, impõe a adoção de solução célere e eficaz para os conflitos e a prevenção de novas ocorrências. Neste sentido, os tradicionais meios judiciais presentes no Brasil com a incumbência de resolverem as demandas ambientais, devido a diversos fatores, como burocratização, ausência de equipamentos, de pessoal e de especialização e decisões muitas vezes tardias, conduzem a sua insuficiência, impondo a busca por novos caminhos. Nesse escopo, vislumbrando uma alternativa a judicialização das questões ambientais, o Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 60.342/2014 e das resoluções da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de nº 51 e nº 48, ambas do ano de 2014 e Portaria nº 18/2014 da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental criou o Programa de Conciliação Ambiental para a aplicação de penalidades às infrações ambientais previstas no Decreto Federal nº 6.514/2008. Referido procedimento objetiva a solução conciliatória dos conflitos por meio de concessões mútuas limitadas sobre os prazos destinados à implementação de ações e medidas de recuperação das áreas afetadas. Neste sentido, os descontos se fazem possíveis em virtude da comprovação da existência da situação econômica fragilizada, baixa escolaridade, assunção do compromisso de recuperação dos danos, primariedade e contribuição com o procedimento. Ademais, além do seu objetivo conciliatório, o procedimento administrativo se destina ao fomento da educação ambiental por meio do oferecimento de instruções ambientais previstas na cartilha “Conduta Ambiental Legal”, a redução dos passivos ambientais e a reparação dos danos ambientais. Igualmente, busca imprimir agilidade e eficácia na apuração e penalização das condutas infratoras ambientais em sede administrativa.

Palavras-chave: Conflitos ambientais. Soluções e alternativas. Concessões mútuas limitadas.

PERTINÊNCIA TEMÁTICA NAS AÇÕES COLETIVAS

GALLOTTI, Carolina
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
carolgallotti@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho realiza um breve estudo do Instituto da Pertinência temática das ações coletivas. Iniciamos apresentando a expressão “pertinência temática” como a correspondência entre o interesse tutelado e os fins ou objetivos perseguidos pelo legitimado, para em seguida tratar da relação deste instituto com as condições da ação, em especial da sua aproximação ou afinidade com o interesse processual. A questão que envolve o tema refere-se à exigência ou não da harmonia entre os interesses coletivos que se deseja tutelar por meio das ações coletivas e os objetivos institucionais do ente legitimado; além de saber se essa exigência se impõe a todos, ou somente a alguns deles. Buscamos estudar de forma separada alguns dos entes legitimados, analisando suas peculiaridades em relação ao tema, para, enfim, concluirmos que o requisito da pertinência temática, também chamado de interesse específico, deve ser exigido dos legitimados para as ações coletivas, os quais devem demonstrar a autorização para a defesa do interesse tutelado, conforme os objetivos da instituição, o que só é possível se aferir pela análise do caso concreto.

Palavras-chave: Ações coletivas. Legitimados. Pertinência.